



PEC do Teto de Gastos vai à votação em Plenário na terça



Entre os senadores Hélio José (E) e Jorge Viana, Renan Calheiros comanda a sessão de discussão da PEC 55/2016

Senadores retomaram ontem a pauta de votações da Casa e concluíram as três sessões de discussão em segundo turno da proposta de ajuste fiscal

A proposta de emenda à Constituição que fixa um teto para os gastos públicos pelos próximos 20 anos está pronta para ser votada pelo Plenário, em segundo turno, na terça-feira. Ontem à tarde houve a terceira e última sessão de discussão da PEC do Teto de Gastos. A sessão extraordinária feita pela manhã contou como primeira sessão de discussão, e a sessão ordinária do início da tarde, como segunda.

A oposição apresentou questão de ordem sobre o

rito de tramitação da proposta que poderia comprometer a votação na terça.

A senadora Vanessa Grazziotin alegou que o Regimento Interno permite discussão de PEC somente em sessões ordinárias. Mas a argumentação não foi aceita pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que manteve o calendário acertado com os líderes partidários antes do episódio da liminar do Supremo Tribunal Federal.

A PEC foi aprovada em primeiro turno no dia 29 de novembro. **3**

Nova estrutura da EBC passa em primeira análise **6**

Trump vai afetar economia do Brasil, conclui debate **7**

Parceria agrícola em terra indígena traz vantagens **7**

Venda de crédito da União está na pauta do Plenário **5**

Aprovada adesão a convenção sobre alimentos **4**

Evento Congresso do Futuro debate sustentabilidade

Representantes do meio acadêmico e do setor empresarial estão discutindo com os parlamentares diversos temas relacionados ao desenvolvimento e ao futuro do país e da América Latina durante o seminário 1º Congresso do Futuro, que começou ontem e se encerra hoje no Senado.

Na abertura do evento, Wellington Fagundes, presidente da Comissão Senado do Futuro, que promove o evento, afirmou que, para evitar novas crises, o Brasil

precisa restabelecer “a cultura do planejamento e da gestão responsável”.

Os debates de ontem trataram da sustentabilidade e da agenda pública até 2030, dos desafios em segurança alimentar e das políticas públicas para a saúde.

Hoje serão abordados temas relacionados à educação, ciência e inovação, ao futuro da comunicação e seu impacto nas relações humanas e à democracia representativa no mundo digital. **8**



Participantes de seminário discutem o futuro do Brasil e da América Latina



Transporte público é um dos itens dos planos, que deverão ser feitos até 2018

Municípios ganham prazo para elaborar planos de mobilidade

Segue para sanção presidencial projeto que estende até abril de 2018 o prazo para municípios elaborarem seus planos de mobilidade urbana. A proposta foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado.

Pela lei atual, o prazo venceu em 2015 e cidades que não têm esse plano ficam impedidas de receber recursos federais para financiar projetos na área.

Relatora da proposta na Comissão de Desenvolvi-

mento Regional, Simone Tebet ressaltou a importância da ampliação do prazo. Ela disse que há R\$ 35 bilhões da União disponíveis para obras de mobilidade urbana. Porém, para a cidade receber recurso, é preciso elaborar o plano, que deve incluir transporte público e circulação viária, entre outros pontos.

A aprovação do projeto torna desnecessária medida provisória com mesmo teor que tramitava no Congresso. **4**

Relatório do Orçamento fica pronto domingo

Os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento terão acesso, no fim de semana, ao parecer do relator do Orçamento de 2017, senador Eduardo Braga. Na segunda e na terça-feira, eles poderão apresentar destaques ao texto. A votação final, tanto pela CMO quanto pelo Congresso, está prevista para quarta-feira. **2**

Avança proposta que moderniza Lei de Licitações

Considerado um marco regulatório para o setor, o projeto, que passou pelo primeiro turno de votação no Plenário do Senado, sugere, entre outras mudanças, a contratação de seguro para agilizar a conclusão de obra pública quando a empresa responsável estiver passando por dificuldades. **5**

Relatório do Orçamento será entregue domingo

Parlamentares terão segunda e terça para apresentar destaques. Texto deve ser votado na quarta na Comissão Mista de Orçamento e no Congresso

O RELATÓRIO DA proposta orçamentária de 2017 (PLN 18/2016) será apresentado no domingo pelo relator-geral, senador Eduardo Braga (PMDB-AM). O texto condensará todas as despesas federais para o próximo ano.

Um acordo mediado pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Arthur Lira (PP-AL), definiu o calendário de votação do relatório, que ocorrerá na quarta-feira, em reunião marcada para as 9h. Os dois dias anteriores serão destinados à apresentação de destaques ao texto.

A previsão é que o relatório também seja votado na quarta-feira pelo Plenário do Congresso, concluindo a análise do projeto orçamentário.

O líder do governo no Congresso, senador Romero Jucá (PMDB-RR), informou que a prioridade para o governo, que conta com forte base na Câmara e no Senado, é a proposta que limita os gastos federais pelos próximos 20 anos (PEC 55/2016), que está sendo analisada agora no



Presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Arthur Lira (D), costurou acordo para calendário de votações do relatório do senador Eduardo Braga (C)

Senado, e o Orçamento do ano que vem.

Jucá disse que o Congresso fará sessão na terça, às 19h, para discutir vetos e o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que está na dependência da análise de três destaques.

Receita

Eduardo Braga afirmou que não será feita atualização da receita de 2017. As regras orçamentárias permitem que, após a conclusão da fase setorial, o relator da Receita proponha uma atualização do relatório da arrecadação federal. Braga

disse, no entanto, que isso não será necessário.

Segundo ele, um eventual incremento na receita não poderia virar despesa porque o Congresso está limitado ao teto que gastos, proposto pelo governo.

— Além da receita estar bastante justa, temos um teto de limite de gasto, o que significa dizer que, mesmo que a receita crescesse, nós não podemos aumentar o gasto no Orçamento de 2017 — disse Braga.

O relator da Receita este ano foi o deputado Daniel Vilela (PMDB-GO). Em novembro, a CMO aprovou o relatório

do parlamentar, que elevou a arrecadação federal do próximo ano em R\$ 13,2 bilhões, totalizando R\$ 1,407 trilhão.

Setoriais

O acordo dos líderes na Comissão Mista de Orçamento também viabilizou a aprovação, em reunião da comissão ontem, dos 16 relatórios setoriais da proposta orçamentária.

Todos foram aprovados sem discussão e os 152 destaques apresentados foram remetidos diretamente para o relator-geral, que vai decidir quais serão acolhidos.

Os destaques referem-se a emendas parlamentares ao Orçamento que não foram acolhidas, ou receberam recursos insuficientes, na fase setorial.

Eduardo Braga disse que os autores dos destaques terão que ter paciência, pois a margem para atender despesas é pequena.

— Tenho que contar com a colaboração e com a compreensão dos companheiros porque o volume de recursos é infinitamente menor do que o volume de destaques apresentados — afirmou.

(Com Agência Câmara)

Salto afirma que IFI vai ajudar a formular políticas públicas

A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal iniciou as atividades nesta semana, após a posse do diretor-executivo, o economista Felipe Salto. Segundo ele, o objetivo principal da IFI é aprimorar a condução de políticas públicas por meio da análise da gestão fiscal do governo federal.

— A IFI nasce com o objetivo central de colocar luz sobre as contas públicas. Vamos produzir análises e interpretar dados, projetar o que vai acontecer nos próximos anos. Tendo sucesso, vamos contribuir, em última análise, para o bem-estar da população, porque as políticas públicas vão poder ser formuladas com maior precisão.

O órgão produzirá relatórios (periódicos ou não), notas técnicas, banco de dados e projeções econômicas e poderá tanto agir por iniciativa própria quanto por demandas específicas de senadores. Poderá opinar sobre projetos de lei e medidas do governo, de modo a embasar as decisões dos senadores.

Salto disse que o país vive um momento fiscal muito ruim e manifestou a expectativa de que a atuação da IFI leve

à reversão do quadro econômico e ao combate a práticas de gestão que, segundo ele, estão por trás do problema.

— Se a IFI existisse desde 2008 ou 2009, certamente teria contribuído para evitar que a chamada contabilidade criativa, sobretudo as famosas pedaladas fiscais, se instalassem e criassem raízes nas contas públicas e na execução da política fiscal.

Salto falou sobre a diferença entre a IFI e o TCU — que também é um órgão de fiscalização que auxilia o Legislativo. Ele explicou que as atribuições de cada um estão bem delineadas.

— O TCU continua a ter o seu papel relevante e a nossa atuação, modestamente, será para complementar. Não há conflito em relação às atividades. O TCU controla, cria normas, tem poder judicante. No caso da IFI, nosso único poder é dar informações.

Funcionamento

O órgão será dirigido por um Conselho Diretor composto de três integrantes: um diretor-executivo, indicado pelo presidente do Senado, e dois diretores a serem indicados, respectivamente, pelas Comis-

sões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente (CMA). Cada diretor tem um mandato de quatro anos, sem possibilidade de recondução.

Além deles, até seis analistas trabalharão no IFI, podendo ser servidores do Senado, de outros órgãos ou do setor privado. Salto já adiantou que pretende trazer profissionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF).

O diretor-executivo destacou que a atuação da IFI será isenta e sem juízo de valor.

— Os analistas só vão falar de acordo com o que for decidido de maneira colegiada dentro do órgão. Isso é essencial para ter credibilidade — disse.

A instituição terá um comitê de assessoramento técnico, composto por cinco membros selecionados entre pessoas com notório saber e reputação ilibada. Esse grupo não será remunerado.

A Instituição Fiscal Independente foi criada pela Resolução 42/2016, a partir de projeto do senador licenciado José Serra (PSDB-SP). A iniciativa integra a Agenda Brasil, conjunto de propostas do Senado para ajudar o país a sair da crise.



O economista Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão para debates

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa Diretora.

SENADO DO FUTURO Mundo digital

9h Último dia do seminário Congresso do Futuro, que discute democracia, comunicação e progresso no mundo digital.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
 • Alô Senado: 0800 612211
 Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania
 • Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
 • TV: senado.leg.br/TV

Senado conclui discussão sobre teto de gastos

Foram realizadas ontem as três sessões de discussão em segundo turno. Questionamento da oposição sobre a validade das duas sessões extraordinárias não foi aceito por Renan

A PROPOSTA DE emenda à Constituição que fixa um teto para os gastos públicos está pronta para ser votada pelo Plenário do Senado, em segundo turno, na terça-feira. Ontem à tarde houve a terceira e última sessão de discussão da PEC 55/2016, cumprindo o rito de tramitação. A sessão extraordinária realizada pela manhã contou como primeira sessão de discussão, e a sessão ordinária do início da tarde, como segunda.

A PEC do Teto de Gastos foi aprovada em primeiro turno em 29 de novembro, com 61 votos favoráveis e 14 contrários. De acordo com o texto, a partir de 2018 e pelos próximos 20 anos, os gastos federais só serão corrigidos pela inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Questão de ordem

A oposição tentou, mas não conseguiu impedir a realização do trâmite previsto para o dia, o que poderia comprometer a votação da matéria na terça-feira. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentou questão de ordem logo que o presidente do Senado, Renan Calheiros, abriu a sessão. Ela pediu que a proposta deixasse a pauta, com base em dispositivo regimental pelo qual discussões de PEC somente podem



Senadores divergiram sobre o rito de tramitação da PEC em Plenário e sobre os benefícios que ajuste pode trazer ao país

ocorrer em sessão ordinária, e não extraordinária, como a de ontem. Na avaliação da senadora, a flexibilização da regra regimental dependia de acordo unânime de Plenário.

Mas a questão de ordem foi rejeitada por Renan. Segundo ele, os líderes deliberaram que a discussão do projeto seria feita sem qualquer ressalva quanto à "natureza" das sessões.

O presidente lembrou que foi assim nas discussões de primeiro turno e que questões de ordem sobre interpretação regimental deveriam ter sido levantadas no início daquela etapa.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) ainda recorreu da decisão ao Plenário, sem sucesso. Ao fim,

por 48 contra 12, sem abstenções, foi mantida a decisão.

A apresentação da questão de ordem foi motivo para troca de acusações entre oposição e governo. Vanessa afirmou que seriam usados recursos mais drásticos caso a discussão da PEC não fosse reservada a sessões ordinárias.

— A proposta muda estruturalmente o país. Então, o mínimo que queremos é a legalidade no processo de tramitação — afirmou.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) se disse surpreso com a tentativa de obstrução dos trabalhos, depois de acordo que permitiu amplo debate da matéria em audiências públicas e no Plenário.

— Por isso, eu faria aqui um

apelo à oposição, para que voltasse ao caminho natural de convivência, que é o caminho de respeito aos acordos.

Citado como fiador do acordo, Lindbergh Farias (PT-RJ) salientou que nada impediria o cumprimento do calendário de votação da PEC, ainda que as discussões fossem feitas apenas em sessões ordinárias.

— Então, não consigo entender por qual motivo atropelam o Regimento sem necessidade — questionou o senador.

Discussão

Rejeitada a questão de ordem, senadores se revezaram na tribuna para discutir a proposta. Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) reconheceu que a medida divide a socie-

dade. Na avaliação dele, a PEC é uma forma de fazer o Brasil voltar a crescer.

— É também um sinal claro que o governo manda para a sociedade de que não vai gastar mais do que arrecada. Os trabalhadores não aguentam mais aumento de impostos.

Já Lídice da Mata (PSB-BA) classificou a PEC como "expressão do pensamento das grandes empresas". Na visão de Fátima Bezerra (PT-RN), a PEC vai trazer consequências dramáticas para as áreas sociais, como saúde e educação.

Para Vanessa, a proposta vai transformar o Estado brasileiro "em estado mínimo, que não se preocupa com o bem-estar social". Humberto Costa (PT-PE) acredita que congelar os gastos públicos por 20 anos pode agravar a recessão, aumentar o desemprego e estagnar o crescimento econômico.

Por outro lado, Marcelo Crivella (PRB-RJ) pediu a superação de divergências em favor do país nesse momento de crise. Para José Anibal (PSDB-SP), a PEC vai ajudar a recuperar o "desastre" causado pelo governo Dilma

Alvaro Dias (PV-PR) disse que há exagero tanto do governo, quando diz que a PEC é a solução para a crise, como dos opositores, quando apontam toda sorte de problemas em razão do limite proposto para a evolução dos gastos.

PEC deve ser promulgada na quinta, afirma Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que, na semana que vem, será possível votar na terça-feira e promulgar na quinta a PEC do Teto de Gastos. Ao deixar o Plenário no início da tarde de ontem, ele lembrou que no primeiro turno a proposta obteve "a maioria consagrada de 61 votos".

— Estamos a cinco dias úteis do fim dos trabalhos legislativos e vamos trabalhar para que essa pauta seja levada a termo. Vamos votar em 13 de dezembro e promulgar esta e outras PECs, se for o caso, no dia 15. As circunstâncias políticas vão dizer o que vamos poder entregar à sociedade. Vou me esforçar para que todos os itens sejam apreciados — disse Renan, para quem haverá recesso parlamentar normalmente em dezembro e a retomada das atividades em 1º de fevereiro.

Abuso de autoridade

Ao ser perguntado sobre o PLS 280/2016, que trata do abuso de autoridade, Renan lembrou que qualquer decisão

sobre urgência de algum projeto tem que partir do Plenário, não do presidente, que tem apenas a função de pautar.

O projeto estava na ordem do dia da última terça-feira, mas acabou não sendo analisado devido ao cancelamento da sessão. O texto tramita em regime de urgência.

— Não conversei com nenhum líder sobre isso. Essa e qualquer outra matéria, para que não seja cumprida a urgência, é preciso que o Plenário a desfaça. Não há outra forma. Quem define a urgência não é o presidente, mas o Plenário — afirmou.

Se o pedido de urgência for quebrado, o PLS 280/2016 vai para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Decisão do Supremo

Indagado pelos jornalistas sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal que o manteve na Presidência do Senado, Renan disse que decisão do STF é para ser cumprida:

— A decisão do Supremo fala por si. Não dá para comentar decisão judicial. Decisão ju-

dicial do Supremo Tribunal Federal é para se cumprir.

Ação penal

Renan se defendeu das acusações de que teria se beneficiado do cargo para atender interesses particulares.

— Diziam que pratiquei crimes de documentos falsos e recebimento de dinheiro de empreiteira. O que sobrou? Sobrou um suposto crime de peculato porque contratamos na verba indenizatória uma locadora e paguei-a em dinheiro. Isso não é crime. Isso não vai sobreviver, da mesma forma que a primeira denúncia da Lava Jato contra mim, a partir da delação do Paulo Roberto Costa, já foi arquivada — afirmou.

Renan Calheiros voltou a dizer que é inocente e que colabora com as investigações.

— Uma a uma essas acusações vão ruir todas porque sou inocente, estou colaborando e vou colaborar. Já fui quatro vezes depor na Polícia Federal e irei quantas vezes for necessário para que tudo se esclareça.

Presidente elogia Jorge Viana por atuação na crise institucional

O presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou e agradeceu ao primeiro-vice-presidente da Casa, Jorge Viana (PT-AC), por ter apoiado a decisão da Mesa de esperar a decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o possível afastamento da Presidência do Senado. Durante a sessão extraordinária do Plenário, ontem, Renan disse que o vice-presidente agiu em nome da democracia e da separação dos Poderes.

— Alguém perguntou: mas por que o PT não participou da decisão da Mesa? Eu disse: o Jorge participou, quem não participou foi a Ângela Portela. Depois lembrei assim: mas o Jorge não é petista, ele é uma instituição suprapartidária. E foi esse o papel que cumpriu, em nome do Senado, da democracia, da separação dos Poderes e em nome do PT também, apesar de ser mais amplo do que o PT — disse.

O presidente da Casa afirmou que a decisão do Supremo resultou na superação de

uma etapa importante para a democracia do país. Para Renan, os três Poderes ganharam com sua permanência no cargo e o ato de Viana ficará registrado na história do país.

— Graças à compreensão de todos, vencemos uma etapa importante da democracia brasileira. Todos ganharam: o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. Ganhou, sobretudo, a democracia, que deve, mais uma vez, ao trabalho, à dedicação, à obstinação do senador Jorge Viana.

Viana agradeceu as palavras de Renan e disse que deve sua vida pública ao PT, do qual tem satisfação de fazer parte. Ele afirmou que o Brasil vive uma crise muito grave e que fica temeroso em ver muitas conquistas desconstituídas, mas que sua decisão teve o apoio da bancada do partido. O senador explicou que a saída de Renan da Presidência, faltando pouco mais de uma semana para o recesso, agravaria o papel do Senado e não havia outro caminho a seguir.

Segue para sanção projeto que estende até abril de 2018 prazo para municípios elaborarem seus planos, que devem incluir temas como transporte público e circulação viária. Pela lei atual, prazo venceu em 2015



Waldemir Barreto/Agência Senado

Município deve ter plano para poder acessar recursos da União para obras de mobilidade, alerta Simone, relatora na CDR

Cidades terão prazo maior para planos de mobilidade

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que amplia, até abril de 2018, o prazo para os municípios elaborarem seus planos de mobilidade urbana. A proposta segue para a sanção presidencial.

O texto (PLC 22/2016) recebeu parecer favorável da relatora, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

— O projeto é importante porque dá um prazo de mais um ano e meio para os municípios buscarem os R\$ 35 bilhões em recursos da União disponíveis para obras de mobilidade urbana. Mas, para

ter acesso a esses recursos, é preciso ter um plano pronto — observou Simone.

Segundo explicou a relatora, a Lei 12.587/2012 estabelecia prazo de três anos, que venceu em abril de 2015, para os municípios com mais de 20 mil habitantes apresentarem seus planos de mobilidade urbana. Sem isso, ficariam impedidos de receber verbas federais para obras na área. O PLC 22/2016 tratou de elevar esse prazo de três para seis anos, passando a vigorar até abril de 2018.

Pela legislação, os planos de mobilidade urbana devem ser integrados ao plano diretor municipal e contemplar serviços de transporte público

coletivo, circulação viária, aspectos de acessibilidade, locais para estacionamentos e financiamento da infraestrutura.

Medida provisória

A prorrogação do prazo para elaboração dos planos também consta da MP 748/2016, que já havia recebido parecer do relator, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), e aguardava votação na comissão mista, antes de seguir para votação na Câmara dos Deputados e depois no Senado.

Com a sanção do PLC 22/2016, essa medida provisória perde seu objeto, não sendo mais necessária.

Aprovados acordos sobre pensão alimentícia e legislação penal

As adesões do Brasil a duas convenções internacionais e a um acordo com a Bélgica foram aprovadas ontem à tarde pelo Senado e seguem para a promulgação. Os textos tratam do pagamento de pensões alimentícias e da cooperação em matéria penal, respectivamente, e haviam sido aprovados pela manhã na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

A Convenção sobre a Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família e o Protocolo sobre a Lei Aplicável às Obrigações de Prestar Alimentos foram concluídos em Haia, na Holanda, em 2007. Os textos foram aprovados pela Câmara dos Deputados em novembro.

A convenção trata da colaboração entre países para a cobrança de pensões alimentícias e define normas para desburocratizar e desonerar os procedimentos de cooperação jurídica internacional. Pelo texto, cabe ao país que receber o pedido garantir acesso aos procedimentos necessários e à assistência jurídica gratuita para pedidos de alimentos para crianças.

O protocolo, por sua vez, orienta os Estados quanto à lei a ser aplicável nas disputas relacionadas ao pagamento de pensões resultantes de relações de parentesco, filiação, casamento ou afinidade. O texto define critérios para o juiz nacional determinar se o direito aplicável é o interno ou o do outro país. A norma geral é de que a obrigação de prestar alimentos será regida pela lei do país onde mora a pessoa que está sendo cobrada.

Bélgica

O tratado entre o Brasil e a Bélgica sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal foi assinado em 2009 e enviado ao Congresso em maio de 2015. Depois de aprovado pela Câmara, chegou ao Senado no fim de novembro.

O tratado foi firmado para tornar mais eficaz a aplicação da lei nos dois países no que diz respeito a investigação, ação penal e prevenção do crime. A intenção é criar um mecanismo moderno de cooperação para garantir maior rapidez do intercâmbio de informações e providências judiciais em matéria penal.



Gabriel Krossy/CD

Facilitar a cobrança de pensão alimentícia para crianças é foco da convenção

Vanessa afirma que crise institucional é culpa do governo

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou a situação “da mais profunda instabilidade” do país. Ela disse que o Brasil enfrenta uma grave crise política, econômica e institucional e culpou o governo pela situação.

Vanessa disse que o ponto central da crise é a pauta do governo apreciada no Senado, sobretudo a PEC 55/2016, que limita os gastos públicos por 20 anos.

— E agora agem de toda forma para fazer com que a pauta seja cumprida e cheguemos ao recesso parlamentar não só com a PEC aprovada, mas promulgada — disse.

A senadora criticou a realização de mais de uma sessão deliberativa no mesmo dia para acelerar a tramitação da proposta.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Humberto critica inércia de Temer e disputa entre Poderes

Humberto Costa (PT-PE) se disse preocupado com o agravamento da crise institucional e acusou o PSDB de apostar na instabilidade política e “extorquir” o presidente Michel Temer.

O senador afirmou que os adversários do PT se aliaram às forças mais conservadoras para conseguir o impeachment de Dilma. Para ele, apesar de ter maioria parlamentar, Temer está inerte diante da crise e sem controle.

Ele também criticou a disputa entre os Poderes e o acúmulo de propostas que, disse, geram retrocesso e incerteza.

— É vergonhoso o que acontece hoje no Brasil e creio que o país está se dando conta da maquinação, da armação que está sendo feita pelas suas costas e a despeito de seus votos soberanos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Capiberibe pede eleições gerais como saída político-econômica

João Capiberibe (PSB-AP) defendeu ontem a proposta de convocação de eleições gerais no Brasil como saída para a crise política que o país atravessa. Ele vê Michel Temer como “impopular, ilegítimo e fraco” e disse que o Legislativo não tem a confiança do povo.

— Conclamo a sociedade a se mobilizar, para que, mesmo não havendo a previsão constitucional, a sensibilidade política do Congresso resolva chamar novas eleições para presidente, para a Câmara e para o Senado.

Para ele, o impeachment de Dilma não estabilizou o país, como argumentava a oposição da época, e o governo Temer tem incorrido nos mesmos problemas, como instabilidade ministerial e maus indicadores econômicos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Requião: projeto do abuso de autoridade protege os mais fracos

Roberto Requião (PMDB-PR) disse que o projeto que trata do abuso de poder de autoridades destina-se a atualizar leis que “não dão mais certo”. Segundo ele, quem não abusa das funções que exerce não será afetado, o que vale do policial ao magistrado.

Requião explicou que não se trata de uma lei de exceção para tempos de investigações, como a Lava Jato. O interesse do projeto, afirmou, é a proteção dos mais fracos.

Ele disse não acreditar que juízes honestos sejam condenados por ações legais. Deu, no entanto, como exemplo uma situação a ser corrigida: o caso da juíza do Pará que prendeu uma adolescente de 15 anos na mesma cela com vários homens.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Nova Lei de Licitações passa em 1º turno

Substitutivo de Fernando Bezerra Coelho propõe o julgamento das propostas antes da habilitação e a contratação de seguro, para garantir a conclusão de obras públicas

AGENDA BRASIL

O PLENÁRIO DO Senado aprovou em primeiro turno projeto de modernização da Lei de Licitações (Lei 8.666/1993). Entre as inovações, destacam-se a inversão de fases — o julgamento das propostas antes da habilitação — e a contratação do seguro, que poderá garantir a conclusão de uma obra pública, em caso de dificuldades enfrentadas pela empresa contratada. O texto também estabelece o fim do projeto básico e do executivo, inserindo a figura do projeto completo.

Substitutivo de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ao projeto (PLS 559/2013), de iniciativa da comissão temporária da modernização da Lei de Licitações, precisa passar por turno suplementar de votação antes de seguir para a Câmara. Na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN), a proposta foi aprovada em 9 de novembro.

Segundo Bezerra, o texto



Para Eunício Oliveira, a aprovação da proposta vai aumentar a transparência e garantir a segurança das licitações

contempla medidas importantes para uma legislação mais ágil e segura sobre o assunto. Ele explicou que, diante de emendas e sugestões apresentadas por senadores e integrantes do governo, foram feitos ajustes no texto final.

Limites

Uma das medidas previstas no projeto é a reformulação do conceito e dos limites de aplicação da contratação in-

tegrada, que agora somente poderá ser adotada para a contratação de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto. O projeto ainda trata da responsabilização solidária da empresa ou prestador de serviços pelo dano causado ao erário na contratação direta indevida, por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

O texto inova ao criar a modalidade do diálogo competitivo, já usada por muitos

países da Europa. Trata-se de uma modalidade de licitação em que a administração pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento do diálogo. Normalmente é usada em casos de inovação técnica ou de tecnologias de domínio

restrito no mercado.

Eunício Oliveira (PMDB-CE) apresentou pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE):

— Esse projeto vai promover transparência e segurança nos processos licitatórios.

Voto contra

Preocupado com as medidas que flexibilizam a Lei de Licitações contidas no projeto, Reguffe (sem partido-DF) apresentou voto contrário. Entre os pontos de divergência, ele citou a ampliação de Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC).

A discussão dos pontos divergentes, advertiu Reguffe, será feita quando o projeto voltar à agenda do Plenário, para votação em turno suplementar.

— A ampliação do regime diferenciado de contratação na minha concepção não é algo bom — explicou.

Jorge Viana (PT-AC) também informou que pretende apresentar emendas ao substitutivo de Bezerra.

Venda de crédito parcelado será votada na terça

AGENDA BRASIL

O Plenário transferiu para terça-feira a votação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 204/2016, que permite à administração pública vender para o setor privado os direitos sobre créditos tributários e não tributários. A permissão vale para todos os entes da Federação e visa um reforço no caixa da União, dos estados e dos municípios.

A cessão se dá por meio de securitização, que começa com a transferência dos créditos com parcelamento administrativo ou judicial, inscritos ou não na dívida ativa, para uma sociedade de propósito específico, que faz “pacotes” desses créditos e os converte em títulos ou debêntures padronizados negociáveis no mercado de capitais.

O dinheiro captado no mercado com a venda dos títulos, geralmente com remuneração acima do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), retorna ao ente detentor originário dos créditos. Na prática, com a venda desses títulos ou debêntures, os entes da federação poderão antecipar o recebimento desses créditos.

De acordo com a proposta, a venda não pode alterar as condições de pagamento já estabelecidas para o crédito, nem transferir para o setor privado a prerrogativa de cobrança

judicial — que deve permanecer com o poder público. A operação não pode acarretar compromisso financeiro para a administração pública, como a eventual responsabilização pelo pagamento futuro, no caso de inadimplência do devedor.

Aplicação

Relator do projeto em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Paulo Bauer (PSDB-SC) aceitou sugestões de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e José Aníbal (PSDB-SP) para fixar em 50% a aplicação mínima do dinheiro da venda desses ativos no pagamento da dívida pública ou no aporte em fundos de previdência dos regimes próprios de cada ente federado. Os 50% restantes devem ser destinados a investimentos.

Autor do projeto, o senador licenciado José Serra (PSDB-SP), argumenta que a cessão de direitos creditórios para pessoas jurídicas privadas já é garantida por legislações estaduais e municipais, mas aponta a necessidade de maior segurança jurídica. Crítico do projeto, Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que a proposta visa legalizar operações já realizadas por alguns estados e municípios.

A proposta gerou polêmica na sessão plenária de hoje. Ronaldo Caiado (DEM-GO) não concordou com o voto de

Bauer contra emenda de sua autoria que restringia a cessão de direitos de créditos aos recebíveis compreendidos no exercício do mandato do chefe do Poder Executivo cedente.

Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu um controle para evitar “o que aconteceu no passado com a questão dos precatórios”.

Antecipação

Após ouvir um apelo de Marcelo Crivella (PRB-RJ) em favor do projeto, para ajudar o Rio de Janeiro, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o estado “não vai sair da crise”, porque “já torrou todos os recursos futuros dos royalties do petróleo”.

Em defesa da tese de que se trata de antecipação de receitas, Lindbergh recorreu a um artigo de Júlio Marcelo de Oliveira, que denunciou as pedaladas de Dilma Rousseff. Segundo ele, “arrumaram um subterfúgio ilegal com aparência legal para antecipação de receita e burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal”.

Gleisi lamentou que todas as propostas em debate na sessão se destinassem a pagar despesas financeiras — estava em pauta, também, a discussão em segundo turno da PEC do Teto de Gastos. Para ela, “não são matérias para pagar programas sociais, para reativar a economia, para melhorar a situação do povo brasileiro”.

Armando chama a atenção para problema da seca em Pernambuco

Armando Monteiro (PTB-PE) chamou a atenção para os problemas enfrentados por Pernambuco em razão do longo período de seca, que já se estende por cinco anos.

O senador informou que, em razão da estiagem, o PIB da agropecuária teve queda de 9,2% entre 2015 e 2016. O polo de confecções, muito dependente de água, também foi afetado, com queda de produtividade. A consequência é o aumento do desemprego.

Armando disse que dos



Waldemir Barreto/Agência Senado

184 municípios de Pernambuco, 125 estão em estado de emergência. Além disso, o volume de água nos reservatórios da região do agreste chega a apenas 3% de sua capacidade.

— Dos 71 municípios da região, apenas dois não decretaram estado de emergência. Há colapso de abastecimento em praticamente toda a região. E, atualmente, 25 municípios dependem exclusivamente de carrossipa para ter acesso à água — disse o senador.

Para Lídice, reforma da Previdência mostra que governo não conhece país

Lídice da Mata (PSB-BA) criticou a proposta de emenda à Constituição que altera as regras da Previdência, enviada nesta semana pelo governo ao Congresso. Ela reconhece a importância de discutir o assunto, mas não nos moldes propostos pelo governo, que estabeleceu a idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres e impôs, como condição para a obtenção do benefício integral, 49 anos de contribuição.

Outro ponto da PEC que desagradou a senadora foi



Waldemir Barreto/Agência Senado

o relativo à aposentadoria rural. Hoje, além da idade mínima, basta que o trabalhador comprove 15 anos de atividade no campo, em regime de agricultura familiar ou individualmente, mesmo sem contribuição, para que tenha direito ao benefício.

Mas o governo quer agora que, além de respeitarem a idade mínima de 65 anos, eles também passem a contribuir por 25 anos, o que mostra o total desconhecimento da realidade do país, avaliou Lídice.

Pedro França/Agência Senado



Parlamentares debatem parecer de Lasier (D, à mesa), ao lado do presidente da comissão, deputado Sâguas Moraes

Reestruturação da EBC passa em comissão mista

Parlamentares aprovaram parecer que extingue o Conselho Curador, um dos pontos polêmicos da MP, e o substitui pelo Comitê Editorial. Texto será analisado agora pelos Plenários da Câmara e do Senado

A COMISSÃO MISTA que analisa a medida provisória que reestrutura a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) aprovou ontem o parecer do senador Lasier Martins (PDT-RS). As principais modificações são a transformação do antigo Conselho Curador em Comitê Editorial, voltado para a definição da programação, e a aprovação pelo Senado do diretor-presidente da EBC.

O parecer, que tramitará como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 35/2016, segue para o Plenário da Câmara e depois para o do Senado. A previsão de Lasier é que a votação da MP seja concluída no retorno dos trabalhos legislativos. A MP 744/2016 perderá eficácia em 9 de fevereiro.

A extinção do Conselho Curador era um dos itens mais controversos da MP, editada em 2 de setembro. Para integrantes do governo, o órgão estava partidário, o que atrapalhava a atuação de forma isenta. Para os que defendem a manutenção do conselho, o órgão é peça-chave na gestão de uma TV pública que garanta a representação dos interesses da sociedade na programação.

A substituição do conselho pelo comitê foi uma tentativa de encontrar consenso, disse Lasier.

Pelo parecer aprovado, o presidente da EBC cumprirá

mandato de até quatro anos, sem recondução. Será nomeado pelo presidente da República após aprovação em sabatina no Senado, mas tanto ele quanto os demais diretores-executivos poderão ser indicados e exonerados a qualquer momento. A composição da Diretoria-Executiva passará dos atuais oito para seis integrantes, todos de livre nomeação e exoneração pelo presidente da República.

O Conselho de Administração agregará novos membros: os representantes dos Ministérios da Educação e da Cultura, além de um representante dos empregados da empresa. Eles se somam aos representantes dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, do Planejamento e da Casa Civil.

Programação

O Comitê Editorial e de Programação terá a função de assegurar que a programação cumpra os objetivos da comunicação pública.

Será composto por 11 membros, designados pelo presidente da República a partir de lista tríplice. Entre os membros, representantes de emissoras públicas de rádio e TV, setor audiovisual independente e entidades de defesa dos direitos humanos.

Os integrantes não serão remunerados, ao contrário dos antigos conselheiros, mas

terão passagens e estadas pagas pela EBC. Também ficará vedada a indicação de pessoas com vínculos político-partidários ou religioso, sugestão da relatora-revisora, deputada Angela Albino (PCdoB-SC). O mandato será de dois anos de duração, sem recondução.

Lasier também propôs a formulação, pelo comitê, de mecanismo para medir a audiência da EBC.

O texto aprovado também prevê a atualização e a modernização tecnológica dos equipamentos de produção e transmissão da emissora e exige a formação e capacitação continuadas de mão de obra.

Parlamentares da oposição criticaram o relatório de Lasier. Para eles, o texto torna a EBC uma entidade apenas estatal e a serviço do governo.

O senador Paulo Rocha (PT-PA) criticou a vinculação da EBC à Casa Civil, diretamente ligada ao presidente da República, e o aumento do número de representantes de ministérios no Conselho de Administração.

Ele também condenou o critério de indicação dos membros do Comitê Editorial, observando que terá o viés da comunicação e do conhecimento técnico, sem levar em consideração a função social dos organismos e a representação da sociedade civil organizada.

Dia do Oficial do Ministério Público tem apoio em audiência

Técnico de notificação e atos intimatórios, oficial de promotoria, secretário de diligências. Diversas são as nomenclaturas dadas nos estados para o servidor que executa trabalhos externos do Ministério Público, como diligências e notificações. Unificar a denominação e padronizar o nível de escolaridade exigida, assim como as atribuições da função, são reivindicações dos que trabalham na atividade.

Em audiência ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH), eles apoiaram a criação do Dia Nacional do Oficial do Ministério Público e a adoção dessa nomenclatura.

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou que vai apresentar projeto para criar a data. A ideia é que o Dia Nacional do Oficial do Ministério Público seja comemorado sempre em 22 de setembro, data em que

ocorreu a assembleia que culminou com a fundação da Associação Nacional dos Oficiais do Ministério Público (Anacomp).

Os servidores acreditam que a medida dará visibilidade a reivindicações da categoria, como o pagamento de adicionais de periculosidade e indenizações de transporte.

— O nome do cargo oficial do Ministério Público só existe em 13 estados. Criar a data vai ajudar a unir a categoria e lutar por direitos trabalhistas — disse Enrique Rota, presidente da Anacomp.

O deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) apresentará projeto similar na Câmara para garantir agilidade à proposta.

— A criação da data é forma de reconhecimento a uma categoria que tem pautado suas ações pelos mais nobres ideais de patriotismo e cidadania — disse Paim.



Chico Alencar (3º à esq.) e Paim (4º à esq.) ouvem representantes do MP

Indicações para diretoria da ANP recebem parecer favorável

A Comissão de Infraestrutura (CI) fez a leitura dos relatórios sobre as indicações de dois diretores para a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Décio Fabricio Oddone da Costa e Felipe Kury serão submetidos a sabatina e votação em data a ser definida.

Os relatores, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e Valdir Raupp (PMDB-RO), foram favoráveis às indicações. Após a leitura dos pareceres, o presidente da CI, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) concedeu vista coletiva.

Décio Oddone é diretor de

Projetos em Óleo e Gás da Prumo Logística. Também é conselheiro da Ferroport Logística e da NFX Combustíveis Marítimos. Aposentado da Petrobras, foi presidente da Petrobras Bolívia e Petrobras Energía Participaciones, assessor da presidência da empresa e vice-presidente da Braskem indicado pela estatal.

Felipe Kury, de 51 anos, é sócio-diretor da Trad Capital Partners. Foi executivo em empresas como IBM, Microsoft e Thomson Reuters.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Especialistas afirmaram ontem na Comissão de Relações Exteriores que o aumento das taxas de juros pelo novo presidente dos Estados Unidos afetarà a economia brasileira

Debate: Trump deve gerar impacto negativo

O COMÉRCIO COM os Estados Unidos tem despencado nos últimos anos e a orientação econômica já adiantada pelo futuro presidente Donald Trump, que possui um claro viés protecionista, pode refrear a queda nos juros e instabilizar ainda mais as taxas cambiais no Brasil. A avaliação é do ex-embaixador em Washington (1999 a 2004) e atual presidente do Conselho de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Rubens Barbosa.

Ele participou ontem de uma audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE) que discutiu os impactos para o Brasil e o mundo da eleição de Trump para a presidência dos Estados Unidos, cargo que assumirá no dia 20 de janeiro.

Barbosa citou dados oficiais demonstrando que o comércio bilateral entre Estados Unidos e Brasil tem caído bastante desde 2014, quando ultrapassou U\$ 60 bilhões. Já em 2016 o fluxo deve ser pouco superior a U\$ 40 bilhões.

— Só neste ano as exportações para os Estados Unidos caíram 25%, e as importações, 10% — disse.

Segundo o ex-embaixador, Trump mantém sua posição de promover uma forte queda nos impostos, combinado com investimentos em infraestrutura. O desafio do novo governante é promover esta reorientação sem aprofundar o desequilíbrio já existente “em grande escala” nas contas públicas, ressaltou Barbosa.

— No meio de tantas incertezas que cercam Trump, uma das poucas certezas é que ele promoverá um rápido aumento nas taxas de juros, já sinalizado pelo Federal Reserve [o Banco Central dos EUA].

Este cenário afetará muito o Brasil, continuou ele, pois provocará um deslocamento considerável de capital financeiro hoje investido por aqui para aquele país.

Barbosa acrescenta que o aumento das taxas de juros dos Estados Unidos trará como consequências uma maior instabilidade no câmbio brasileiro e déficits na balança de pagamentos.

Instabilidade

O professor das Faculdades Rio Branco, Gunther Rudzit, citou o professor de História Política da American Univer-



Rubens Barbosa, Aloysio Nunes Ferreira e Gunther Rudzit em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores

sity, Allan Lichtman, que foi o único a bancar desde o início da campanha eleitoral que Trump seria eleito.

Lichtman, hoje, não descarta que o novo mandatário tenha que lidar com um cenário de instabilidades, enfrentando até mesmo pedidos de afastamento no Congresso.

Rudzit lembra a “zona nebulosa” em que vive o tempo inteiro o novo presidente, controlador de empresas com negócios nas mais diversas partes do globo, o que gera desconfiças sobre como ele vai equilibrar seus negócios

personais com os interesses de estado norte-americano.

— Trump deve contribuir com mais incertezas num cenário global já conturbado.

Incertezas

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) informou que entre acadêmicos norte-americanos com quem manteve reuniões o clima é de expectativas e incertezas quanto aos rumos da gestão Trump, em que até mesmo processos de impeachment contra o futuro presidente não deixam de ser considerados.

Comissão sugere revisão do número de embaixadas

Em sua última reunião do ano, ontem, a Comissão de Relações Exteriores aprovou relatório de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que recomenda ao Itamaraty diminuir o número de embaixadas.

O texto de Jereissati tratou da política externa quanto à conquista de novos mercados, à assistência e proteção de brasileiros no exterior e à estrutura organizacional e administrativa do Ministério de Relações Exteriores. Essa foi a política pública analisada pela CRE este ano.

No contexto de ajuste fiscal e “notória escassez de recursos”, Tasso diz ser preciso revisar a infraestrutura do Itamaraty no exterior, privilegiando o estabelecimento de embaixadas em países com “chance maior” de gerar dividendos econômicos e políticos ao Brasil.

Quanto à assistência consular, o relatório recomenda que o ministério busque arranjos colaborativos com outros países para compartilhar instalações diplomáticas no exterior.

Funcionários pedem valorização e capacitação de pessoal no Itamaraty

Participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) defenderam a modernização da gestão de pessoal do Serviço Exterior Brasileiro. Segundo os convidados, não há delimitação clara das atribuições de cada carreira do Itamaraty nem tratamento isonômico entre elas.

Para os debatedores, a valorização e a capacitação dos servidores estão entre as medidas imprescindíveis para que o Serviço Exterior responda aos anseios da população.

João Pedro Corrêa Costa, diretor do Departamento do

Serviço Exterior, destacou que, nos últimos anos, o Itamaraty cresceu muito, mas sem capacitar seu quadro de pessoal.

— É preciso definir o que cabe a cada servidor dentro do Itamaraty, as funções específicas para cada carreira, treinar as pessoas e, progressivamente, atribuir responsabilidade e gratificação pelo desempenho dessas funções — disse.

O presidente da Associação Nacional dos Oficiais de Chancelaria, Cesar Dunstan Fleury Curado, destacou pesquisa mostrando que o oficial de chancelaria não é suficiente-

mente valorizado e capacitado e não considera satisfatório o desenvolvimento de sua carreira.

— Se eficiência é você alocar os recursos da melhor forma, designar uma pessoa preparada para exercer uma função que não guarda consonância com o preparo dela é uma perda de eficiência — afirmou.

A presidente da Associação dos Servidores do Itamaraty, Rosiane Alencar Arruda, apontou discriminação com os servidores do Plano de Classificação de Cargos e do Plano Geral de Cargos do Poder

Executivo. Rosiane defendeu políticas de valorização para esses servidores e a devida inclusão deste contingente de pessoas no quadro funcional do Serviço Exterior Brasileiro.

Para a presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Itamaraty, Suellen Bessoni Paz, a falta de clareza no estabelecimento de missão, metas e objetivo do ministério dificulta a tomada de decisões e a definição de diretrizes e estratégias. Suellen defendeu a criação de um Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas integrado por servidores de todas as carreiras.

Audiência aponta ganhos de parceria agrícola em terra indígena

Os resultados positivos da parceria entre a comunidade indígena caingangue, da reserva de Nonoi, no Rio Grande do Sul, e produtores rurais não índios foram destacados em audiência pública ontem, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O cacique José Orestes Nascimento afirmou que, desde o início da parceria, há seis anos, a produção de alimentos se estabilizou, afastando o problema da fome então enfrentado pelos indígenas e permitindo a melhoria das condições de vida na reserva.

O líder indígena, no entanto,

relatou preocupação com a orientação de alguns procuradores, que contestam a prática.

— Não sei se é certo ou errado, mas os índios estão satisfeitos, os filhos estão estudando, fazendo faculdade.

O sistema utilizado na reserva prevê o trabalho conjunto de índios e não índios e a repartição da produção, depois de descontado o valor investido na implantação das lavouras.

— Na medida em que o índio também emprega mão de obra, ele se torna um parceiro — disse José Carlos Gabriel, coordenador do Plano de Gestão Territorial Indígena de Nonoi.

Como ressaltou, a legislação permite parcerias em áreas indígenas, não havendo motivo para a contestação do Ministério Público. Haveria ilegalidade, frisou, se os índios estivessem arrendando as terras a terceiros, não sendo essa a prática dos caingangues.

Pacificação

A parceria agrícola, conforme Gabriel, permitiu a pacificação entre índios e não índios no município.

— É uma nova perspectiva de inserção social. A parceria levou à comunidade o conhecimento necessário para

melhorar a produtividade do milho, da mandioca, do feijão — observou a presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS).

A prática recebeu apoio de Pedro Alves Corrêa Neto, do Ministério da Agricultura, e de Agostinho do Nascimento Neto, do Ministério da Justiça.

— Parceria agrícola e incentivo ao conhecimento tradicional de preservação ambiental parece ser o caminho — disse Nascimento.

Para Waldemir Moka (PMDB-MS), a experiência deveria ser estimulada em outras regiões do país.

— É o tipo de projeto que

pode dirimir conflitos — disse.

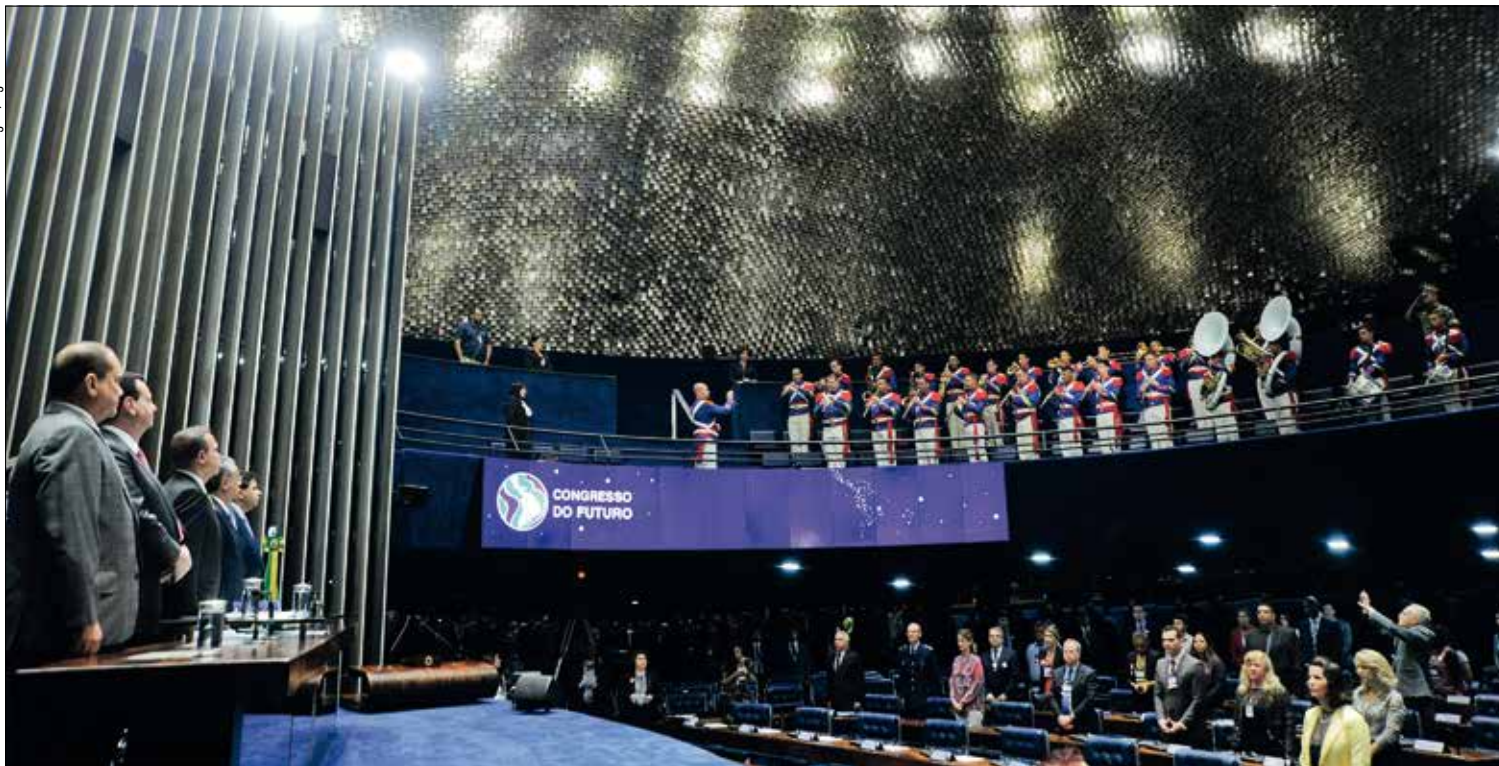
Wellington Fagundes (PR-MT) e Cidinho Santos (PR-MT) também apontaram vantagens na parceria agrícola em terras indígenas em Mato Grosso.

— Os índios não conseguem se alimentar. Mendigam, com terras que poderiam estar produtivas — disse Wellington.

Cidinho relatou que, em uma mesma região em que se produzem 60, 70 sacos de soja por hectare, há índios passando necessidade.

Os senadores defenderam a extensão de políticas públicas visando à modernização agrícola nas áreas indígenas.

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Cidinho Santos, Vicentinho Alves, Wellington Fagundes, Gilberto Kassab e Robson Andrade participam da mesa de abertura do seminário Congresso do Futuro

Cientistas defendem adoção de novos modelos de desenvolvimento

Participantes do seminário Congresso do Futuro pedem aproveitamento da biodiversidade da Amazônia e maior uso da inovação

O BRASIL PRECISA valorizar os produtos da floresta e criar uma bioindústria na Amazônia, gerando bons empregos na região, recomendou o climatologista Carlos Nobre, membro do Conselho Científico sobre Sustentabilidade Global da Secretaria-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), ontem, na abertura do seminário 1º Congresso do Futuro. O evento, que continua hoje, é iniciativa do senador Wellington Fagundes (PR-MT). Nobre participou do primeiro painel do seminário, o Desenvolvimento Sustentável da América Latina. Ele defendeu a adoção para a Amazônia, maior ecossistema do Brasil, de novos modelos de desenvolvimento que não sejam

puramente conservacionistas e de expansão agropecuária. — Em vez de olhar para as possibilidades de produção de carne, grãos e madeira, o país deveria privilegiar o potencial da biodiversidade da Amazônia, utilizando para isso os instrumentos da chamada Quarta Revolução Industrial. É um modelo disruptivo e revolucionário, onde a inovação é central — definiu.

Marcos legais

O diretor do Centro Rio+, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Rômulo Paes de Sousa, ressaltou a importância do Poder Legislativo na elaboração de marcos legais que estimulem a adoção de novos

modelos de crescimento. Paes de Sousa recordou que, para a implantação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela ONU em 2015, será necessário combinar as dimensões ambiental, econômica e social. — A liderança do Legislativo brasileiro nesse tema é fundamental — afirmou.

Amazônia

O diretor de Assuntos Corporativos da empresa Natura, Marcelo Behar, citou a ucuuba, árvore ameaçada de extinção na Amazônia, como exemplo do potencial econômico da biodiversidade brasileira. Até recentemente, a árvore era usada apenas para a produção de cabos de vassoura. Hoje ela

rende três vezes mais sem ser derrubada por meio da utilização de suas sementes para a produção de cosméticos. A empresa pretende movimentar R\$ 1 bilhão na região amazônica até 2020. O fundador do Think Tank Democracy Lab, Alvaro Salas, ressaltou que a América Latina tem que desafiar o pensamento corrente de que a região só pode ser produtora de bens primários. O presidente da General Electric do Brasil, Gilberto Peralta, informou que a empresa está investindo US\$ 500 milhões no quinto centro global de pesquisa da multinacional, no Rio de Janeiro.

A implantação de um modelo mais sustentável também depende da educação dos jovens, segundo o pesquisador Alfredo Pena-Veja, do Instituto Interdisciplinar de Antropologia Contemporânea Edgar Morin, em Paris.

Ele destacou as propostas para mudar o planeta elaboradas por 380 pesquisadores que trabalham em 50 universidades de diversos países.

— Uma das questões que acreditamos ter grande urgência é a necessidade de criação de um tribunal mundial para condenar crimes econômicos.

Políticas para saúde

No painel sobre saúde, M. Ramesh, professor da escola de políticas públicas Lee Kuan Yew, em Cingapura, afirmou que os governos precisam concentrar-se simultaneamente nos aspectos da oferta e procura dos cuidados de saúde.

— Os governos precisam desenvolver sua capacidade política analítica e gerencial no setor — afirmou.

Wellington ressalta papel do planejamento para o futuro

Para evitar novas crises, o Brasil precisa restabelecer “a cultura do planejamento e da gestão responsável”, disse Wellington Fagundes, ao abrir ontem o seminário Congresso do Futuro, no Plenário.

No evento, representantes do meio acadêmico e do setor empresarial estão discutindo com os senadores temas como o desenvolvimento sustentável, a alimentação no futuro, educação e inovação e democracia representativa no mundo digital.

— Nos inspiramos em exemplo do Congresso do Chile, que realiza anualmente evento semelhante. Aqui também deverá ser anual. Queremos um espaço para debater os grandes temas do futuro — afirmou Wellington, presidente da Comissão Senado do Futuro.

O ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Gilberto

Kassab, disse acreditar que o Congresso Nacional pode melhorar o planejamento no mundo digital e globalizado, que envolve investimentos em empreendedorismo, pesquisa e ciência.

Cristovam Buarque (PPS-DF) elogiou o fato de o encontro ocorrer mesmo em momento de instabilidade política.

— Estamos naufragando no presente e vamos fazer um evento para pensar no futuro. Isso é uma ousadia. Hoje é preciso imaginar o futuro que queremos, pois existem muitos futuros alternativos, diferentes — disse.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, afirmou que os empresários brasileiros têm “obsessão pela geração de empregos”, pois somente dessa forma se poderá criar renda e consumo,

alimentando o crescimento da indústria e promovendo novos investimentos.

Alimentos

No painel sobre segurança alimentar, a professora de Relações Internacionais na New School, em Nova York, Sakiko Fukuda-Parr, disse que “fome não significa falta de comida, mas falta de acesso à comida”. Segundo ela existe suficiente produção de alimentos, mas eles não são escoados ou tratados de forma economicamente viável e inteligente para chegar às pessoas.

— Os alimentos geneticamente modificados, tão atacados no mundo rico, são a esperança de acabar com a fome nos países mais pobres. Essas tecnologias ajudariam os países que têm de enfrentar escassez de comida, secas repetidas e veem as colheitas fracassarem todos os anos.

Viana comemora voos diurnos para capital acriana

Jorge Viana (PT-AC) informou que, a partir de quinta-feira, a companhia aérea Gol vai retomar voos diurnos para Rio Branco.



Serão três voos diurnos por semana, acrescentou o senador, ao lembrar que essa medida somente foi possível depois da conclusão das obras na pista de pouso do aeroporto da capital.

Jorge Viana disse que, durante esse período de obras, quem quisesse chegar ou sair do Acre por avião somente tinha um voo por dia, no período noturno.

— É constitucional o direito de ir e vir — afirmou.

José Aníbal homenageia Ferreira Gullar

José Aníbal (PSDB-SP) prestou homenagem ontem ao poeta Ferreira Gullar (1930-2016), falecido



no domingo. O senador salientou que Gullar brilhou na literatura e em outras áreas artísticas, como a pintura.

José Aníbal destacou o *Poema Sujo*, uma das mais famosas obras do maranhense nascido em 1930

— Descanse em paz, em sua inquietude, Ferreira Gullar.

O poeta era membro da Academia Brasileira de Letras desde 2014. Morreu com 86 anos.

Fátima: pedido contra Temer tem legitimidade

O pedido de impeachment do presidente Michel Temer, apresentado ontem à Câmara dos Deputados



por movimentos sociais e sindicais, tem legitimidade e representatividade popular, disse Fátima Bezerra (PT-RN).

O pedido alega que Temer violou princípios da probidade pública ao buscar favorecer o ex-ministro das relações institucionais, Geddel Vieira Lima, em negócio contestado pelo Ministério da Cultura. Para a senadora, há indícios fortes de que o presidente cometeu crime.